

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NA DEFESA DO MEIO
AMBIENTE: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO DE CRIMES
AMBIENTAIS.**

*THE ROLE OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS IN ENVIRONMENTAL
PROTECTION: STRATEGIES FOR INTERVENTION AND PREVENTION OF
ENVIRONMENTAL CRIMES.*

**Guilherme Lischt da Silva¹
Silas Melo dos Santos²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225, preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade

¹ - Universidade do Estado do Amazonas, bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, e-mail: guilischjtudo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4756152743304577>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3881-8388>

² - Universidade do Estado do Amazonas, bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão, e-mail: silasmelo202@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7412421402281932>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2828-2746>

³ - Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴ - Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ - Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

o dever de defendê-lo e preservá-lo. Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022, aprovou em assembleia geral uma resolução declarando que todas as pessoas do planeta têm direito a um ambiente limpo e saudável, enfatizando que o meio ambiente saudável é um direito humano.

Porém, na atualidade, a crescente degradação ambiental na Amazônia tem se consolidado como um grande desafio, exigindo atuação eficaz dos órgãos públicos na proteção e preservação dos recursos naturais. No Brasil, país que abriga a maior parte da Floresta Amazônica, os crimes ambientais como desmatamento ilegal, tráfico de animais silvestres, biopirataria e garimpagem ilegal têm comprometido não apenas os ecossistemas, mas também a qualidade de vida e segurança das populações. Além disso, esses crimes afetam a estabilidade climática regional e global, colocando em risco a vida presente e de todas as gerações futuras.

Nesse cenário, é indispensável a atuação das instituições públicas, destacando as forças de segurança com o papel estratégico na fiscalização, repressão e prevenção dos ilícitos ambientais. Sendo assim, a Polícia Militar do Amazonas, por meio do Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), assume a responsabilidade direta na defesa do meio ambiente, cumprindo o dever impostos pela Constituição Federal de 1988 e resolução internacional da ONU (2022).

2. JUSTIFICATIVA

O trabalho justifica-se pela importância de estudar e compreender a atuação da Polícia Militar no combate aos crimes ambientais, trazendo suas perspectivas na repressão, prevenção e educação ambiental. No âmbito acadêmico, justifica-se pela contribuição no fortalecimento das pesquisas da Amazônia, ao integrar segurança pública, direito e meio ambiente em uma análise voltada para a realidade regional. No viés científico, justifica-se por possibilitar a produção de conhecimento aplicado sobre a atuação da Polícia Militar Ambiental, reforçando a importância da ciência amazônica em debates nacionais e globais sobre proteção ambiental. Na esfera social, justifica-se por ser relevante para a população amazônica, visto que a degradação ambiental impacta diretamente os direitos fundamentais, evidenciando o papel da Polícia Militar na promoção da cidadania e na defesa dos direitos constitucionais das presentes e futuras gerações.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação da Polícia Militar do Amazonas, por meio do Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), na defesa do meio ambiente.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Analisar as operações de fiscalização ambiental e a integração interinstitucional
- 2- Abordar as ações de educação ambiental.
- 3- Verificar o uso de tecnologias para o monitoramento ambiental.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema central da pesquisa é: de que maneira a Polícia Militar do Amazonas tem atuado na defesa do meio ambiente e quais estratégias de intervenção são efetivamente utilizadas no combate aos crimes ambientais? A hipótese considera que a atuação do CPAmb, em conjunto com outras instituições e baseadas em ações ostensivas, tecnológicas e educativas, contribui significativamente para a contenção dos crimes ambientais no Amazonas.

4. METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa com o objetivo de compreender e descrever a atuação da Polícia Militar do Amazonas na proteção ambiental. A pesquisa foi de natureza exploratória e interpretativa, a qual busca analisar fenômenos sociais complexos, como o policiamento ambiental em seu contexto real. O tipo de pesquisa é de natureza documental e descritiva, baseada na análise de legislações, relatórios institucionais, dados públicos e estudos acadêmicos relacionados à temática ambiental e de segurança pública. Foram consultadas fontes primárias e secundárias como: legislações ambientais (Lei nº 9605/1998 e Decreto nº 6514/2008); Constituição Federal de 1988; relatórios da Polícia Militar do Amazonas, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA); registros da Operação Tamoioatá. A análise dos dados foi feita de maneira qualitativa, com foco interpretativo e descritivo.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

5. RESULTADOS

Os principais resultados da atuação da Polícia Militar Ambiental estão na efetividade das ações ostensivas e fiscalizatórias, que muitas vezes, são realizadas em conjuntos com outros órgãos estaduais e federais de fiscalização ambiental.

Nesse sentido, destaca-se a Operação Tamoioatá, a qual atende a política pública de controle do desmatamento e queimadas no Amazonas, regida pelo Decreto nº 47565/2023. Essa operação reúne diversos órgãos públicos como a SEMA, o IPAAM, Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-AM), Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal, IBAMA e o Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Amazonas (Amazonas, 2023).

Como consequência da operação pode-se destacar apreensão de maquinários e equipamentos ilegais, lavratura de auto de infração ambiental, aplicação de multas ambientais e a redução da área de desmatamento. Na Operação Tamoioatá 4 foram aplicados mais de 54 milhões de reais em multas ambientais (SSP-AM, 2024).

Outro resultado expressivo da Polícia Militar é a atuação no campo da educação ambiental, idealizado pelo Programa Vitória Régia, mantido pelo Núcleo de Educação Ambiental do CPAmb.

Conforme informações da PMAM, esse projeto atende crianças entre 6 a 12 anos de idade, matriculadas no ensino fundamental das escolas públicas e privadas. Os objetivos do projeto são promover a sensibilização sobre o meio ambiente, práticas sustentáveis e cidadania ecológica, fortalecimento de valores preventivos na infância, entre outros. Com isso, a Polícia Militar cumpre sua missão constitucional de proteção ao meio ambiente, de forma preventiva, protegendo os direitos humanos de um ambiente equilibrado para todas as gerações.

Além disso, outro viés de atuação da Polícia Militar Ambiental é a adoção de ferramentas tecnológicas como drones, monitoramento por satélite e georreferenciamento, os quais aprimoram a capacidade operacional da Polícia Militar do Amazonas no combate aos crimes ambientais. Isso gera maior agilidade e efetividade nas operações, além de maior segurança aos operadores ambientais. Sendo assim, um programa tecnológico utilizado pelo CPAmb que merece destaque é a Sala de Comando e Controle Ambiental, a

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Sapopema.

Conforme informações da PMAM (2023), a Sapopema foi instalada com o objetivo de monitorar os crimes ambientais, com expectativas de promover maior eficiência no atendimento de ocorrências, diminuição dos crimes ambientais, prevenção do desmatamento e maior controle na fiscalização de caminhões que transportam produtos de origem florestal.

O sistema utiliza ferramentas como Maps Bioma Alerta, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, o Geoportal do IPAAM e o Brasil Mais Sistema Planet da Polícia Federal. Sendo assim, o dispositivo monitora ações de desmatamento, queimadas, extração de madeira e minério ilegal, além de promover o georreferenciamento de ocorrências e estatísticas para dar suporte a equipe policial no terreno (PMAM, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresenta que a Polícia Militar do Amazonas, por meio do CPAmb, exerce papel fundamental na preservação do meio ambiente no estado do Amazonas, atuando de forma repressiva, preventiva e na educação ambiental.

Os resultados da Operação Tamoitá, do Programa Educacional Vitória Régia e da sala Sapopema evidenciam que a PMAM vem adotando estratégias de intervenções eficientes no combate aos crimes ambientais de forma efetiva. Dessa maneira, cumpre a missão constitucional de proteção do meio ambiente e da obrigação dos direitos humanos de preservar um ambiente equilibrado para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Decreto nº 47565, de 5 de junho de 2023**. Institui o Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamento e Queimadas no Amazonas. Manaus, AM. 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/am/decreto-n-47565-2023-amazonas-institui-o-plano-estadual-de-prevencao-e-controle-do-desmatamento-e-queimadas-do-amazonas>. Acesso em: 10/09/2025.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12/09/2025.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

BRASIL. **Decreto nº 6514, de 22 de julho de 2008.** Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Brasília, DF. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 12/09/2025.

BRASIL. **Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília, DF. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 10/09/2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU declara que meio ambiente saudável é um direito humano.** Site das Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/192608-onu-declara-que-meio-ambiente-saud%C3%A1vel-%C3%A9-um-direito-humano>. Acesso em: 10/09/2025.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. **Educação Vitória Régia.** Site da PMAM. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/pagina/educacao_vitoria_regia. Acesso em: 11/09/2025.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. **Polícia Militar do Amazonas utiliza ferramentas tecnológicas para monitorar crimes ambientais.** Site da PMAM. 2023. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/noticia/policia_militar_do_amazon-15369. Acesso em: 11/09/2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. **Operação Tamoiotata aplicou mais de R\$ 54 milhões em multa por crimes ambientais no sul do Amazonas.** Site da SSP-AM. 2024. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/operacao-tamoiotata-aplicou-mais-de-r-54-milhoes-em-multa-por-crimes-ambientais-no-sul-do-amazonas/>. Acesso em 15/09/2025.

PALAVRAS-CHAVE: Policiamento ambiental; Meio ambiente; Direitos humanos.

KEY WORDS: *Environmental policing; Environment; Human rights.*